

Certidão de Penhora – Conta Bancária da ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

2.^a Vara Cível

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Autor: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 504 321 987, com sede em Rua das Flores, 45, 1050-123 Lisboa.

Réu: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 209 876 543, com sede em Avenida da República, 220, 4000-123 Porto.

Juiz: Dr. Luís Azevedo, Juiz da 2.^a Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Mandatários: Dr. João Silva – OA 12345; Dra. Maria Fernandes – OA 67890.

Lisboa, 15 de março de 2024

1. Fundamentação

Nos termos do **Despacho de Execução Coerciva** proferido em **10 de março de 2024**, nos autos do processo supra-referido, determino a prática de penhora sobre a conta bancária da parte ré, ABC – Consultoria Empresarial, Lda., a fim de garantir o cumprimento da obrigação de pagamento de **indenização por perdas e danos** e a **restituição dos pagamentos antecipados** devidos à autora.

2. Dados da Penhora

Elemento	Descrição
Banco	Banco Comercial Português S.A.
Titular da Conta	ABC – Consultoria Empresarial, Lda.
IBAN	PT50 1234 5678 9012 3456 7890 123
Data da Penhora	12 de março de 2024
Valor Penhorado	€ 150 000,00 (cento e cinquenta mil euros)
Saldo Disponível	€ 150 000,00 (conforme extrato bancário datado de 12/03/2024)
Número de Ordem de Penhora	2024/03/12-01

3. Efeito da Penhora

- Bloqueio de Disponibilidades** – O Banco Comercial Português S.A. deverá impedir qualquer movimentação (levantamento, transferência, pagamento) da conta identificada acima, até ulterior deliberação judicial.
- Comunicação ao Banco** – O presente documento será remetido ao Banco Comercial Português S.A., que, nos termos do artigo 789.º do Código de Processo Civil, deverá proceder à anotação da penhora no respetivo registo de conta e comunicar a sua efetivação ao tribunal no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- Valor Penhorado** – O montante indicado será considerado como garantia da dívida reconhecida na sentença de **10 de fevereiro de 2024**, cujo valor total é de € 250 000,00, acrescido de juros e custos processuais.

4. Notificação

Fica a parte ré, **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, devidamente notificada da presente penhora, nos termos do artigo 794.º do Código de Processo Civil, podendo, dentro do prazo legal, apresentar impugnação ou requerer a substituição da garantia, nos termos do artigo 801.º do mesmo diploma.

5. Certificação

Certifico, sob a minha responsabilidade profissional, que a penhora descrita foi efetivamente realizada em conformidade com o despacho judicial mencionado, encontrando-se, portanto, plenamente válida e eficaz.

Lisboa, 15 de março de 2024

Maria Gonçalves

Escrivã Judicial – 2.^a Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Certidão expedida eletronicamente, com assinatura digital reconhecida.